

Relatório do Grupo PPE

Número 3 / Março de 2011



Líbia: Muamar Kadhafi não pode vencer

Eva Mitsopoulou

"Muamar Kadhafi, depois dos crimes que cometeu contra a Humanidade e contra o seu próprio povo, perdeu toda e qualquer legitimidade para governar. Torna-se, assim, imperativo que o conflito termine de imediato. Kadhafi não pode vencer. Há que pôr em prática urgentemente a zona de exclusão aérea e recorrer a todos os outros meios disponíveis para ajudar os Líbios que lutam pela Democracia a derrotarem as forças que, através da corrupção, da intimidação e da manipulação tribal, continuam a apoiar Kadhafi", afirmou Ioannis Kasoulides (CY), Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pelos Assuntos Externos, no debate no Parlamento Europeu sobre a situação na Líbia.

Na sua intervenção em plenário, Ioannis Kasoulides referiu que, de início, a insurreição na Líbia tinha as mesmas motivações e características dos acontecimentos na Tunísia e no Egipto. "O regime de Kadhafi empreendeu uma repressão mortal sem precedentes, com recurso à força aérea, a helicópteros de combate e a mercenários implacáveis disparando a matar contra civis desarmados. O massacre provocou deserções no exército, no governo e nos serviços diplomáticos. A população de Benghazi, e não só, pegou nas armas dos desertores e a insurreição transformou-se agora num conflito armado, desigual em termos de poder", acrescentou Ioannis Kasoulides.

No debate em plenário, foi salientado que o prolongado conflito está a provocar uma enorme catástrofe humanitária dentro da Líbia e ao longo das suas fronteiras, correndo o risco de criar fluxos migratórios em direcção à União Europeia, e nomeadamente, aos Estados-Membros do Sul, e simultaneamente fazendo aumentar o preço do petróleo para níveis perigosos para a economia mundial.

Ioannis Kasoulides chamou a atenção para as possíveis consequências, no caso de Kadhafi vencer: "Assistiremos a uma situação pior do que a do Ruanda, para vergonha de toda a Humanidade. É necessária agora uma acção resoluta", concluiu.

A resolução aprovada pelo plenário do Parlamento Europeu esta semana, para encerrar o debate sobre a situação na Líbia, ao manifestar a sua solidariedade para com o povo líbio, que tem sido uma força impulsionadora da Democracia e da mudança do regime, insta a União Europeia e a comunidade internacional a tomarem todas as medidas possíveis para isolar totalmente Kadhafi e o seu regime.

O futuro fundo de resgate europeu – os eurodeputados apelam ao respeito do método comunitário

Lasse Böhm

No seu debate em plenário sobre a proposta de alteração do Tratado da União Europeia com vista à criação de um mecanismo de estabilidade dos países da zona euro, os deputados ao Parlamento Europeu apelaram ao respeito do método comunitário. Elmar Brok (D), co-relator do relatório sobre a alteração do artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, salientou a necessidade de o Conselho Europeu tornar claro que a abordagem intergovernamental não conduz a uma duplicação de instituições. Quando muito, deve ser usado um método de vanguarda destinado a criar a possibilidade de, no futuro, inserir o novo mecanismo no quadro comunitário.

"A abordagem intergovernamental significa uma legitimidade parlamentar quase nula e uma incapacidade de acção em muitos domínios, dada a exigência de unanimidade. Por esta razão, o método comunitário, o método Monnet, é mais legítimo e permite maior capacidade de acção", afirmou Elmar Brok no plenário.

Elmar Brok instou o Conselho Europeu a garantir:

- a) que as características operacionais do mecanismo permanente de estabilidade e as medidas de condicionalidade, incluindo um programa de ajustamento económico e orçamental, sejam decididas com base numa proposta da Comissão;
- b) que a Comissão execute todas as tarefas necessárias à aplicação e ao acompanhamento do mecanismo permanente e à avaliação da situação financeira de todos os Estados-Membros cuja moeda seja o euro e informe regularmente o Parlamento;
- c) que o apoio financeiro concedido a título do mecanismo seja sujeito a uma análise rigorosa e a um programa de recuperação económica e financeira; que, ao tomarem uma decisão sobre a concessão de assistência financeira, os Estados-Membros cuja moeda seja o euro e os que representem Estados-Membros que participam no mecanismo permanente de estabilidade e para este contribuem se baseiem numa avaliação fornecida pela Comissão, pelo Banco Central Europeu e, na

- medida em que ele possa ser associado ao processo, pelo Fundo Monetário Internacional;
- d) que nenhum Estado-Membro cuja moeda seja o euro e que tenha contribuído para o mecanismo permanente de estabilidade deva ser excluído do acesso a este último devido à sua dimensão;
 - e) que o secretariado do mecanismo permanente de estabilidade seja assegurado pela Comissão.

Cimeira da zona euro: aprender com a crise

Eduard Sloomweg

"Que lição devemos retirar da crise financeira senão a de que os nossos Estados-Membros têm de deixar de considerar tabu a cooperação nos domínios orçamental, fiscal e social?", afirmou o Presidente do Grupo PPE no Parlamento Europeu, durante o debate sobre a futura cimeira da zona euro.

"Eis o que o pacto para a competitividade – cuja versão original foi revista, de molde a compatibilizá-lo melhor com o método comunitário, como era meu desejo – sugere, e bem", prosseguiu Joseph Daul.

"Vejam os progressos já alcançados: a aplicação, já este ano, do procedimento de consulta ao nível da UE-27 sobre as prioridades dos orçamentos nacionais constitui, só por si, uma revolução. As normas que criámos para regular os mercados financeiros são também exemplares".

O Grupo PPE apoia e aplaude essas medidas, tal como o fizeram os Chefes de Estado ou de Governo do PPE, em 4 de Março, em Helsínquia.

"Mas é uma pena que os únicos dois Chefes de Estado ou de Governo presentes na reunião dos líderes dos socialistas europeus em Atenas tenham preferido apoiar as políticas de destruição do emprego em vigor em Espanha, por exemplo, a juntar-se aos esforços da Europa com vista a aumentar o emprego", criticou Joseph Daul.

A crise provocou a perda de posto de trabalho e provocou tragédias familiares. O mínimo que podemos fazer é aprender com ela.

"Primeira lição: nunca tratar de forma ligeira a obrigação de os Estados-Membros respeitarem os limites orçamentais. Segunda lição: a solidariedade europeia só pode funcionar se as nossas regras sociais e fiscais forem comparáveis. Terceira lição: a Europa tem de possuir um mecanismo europeu de estabilidade. Quarta e última lição: mesmo nestes tempos tumultuosos, o euro está a aguentar e a integração europeia está a sair

reforçada. É tempo de consolidar a nossa economia e competitividade e de trabalhar pelos empregos de amanhã", concluiu Joseph Daul.

Romanichéis: apoio esmagador à primeira Estratégia Europeia para os romanichéis

Miklós Panyi

A estratégia europeia para a inclusão dos romanichéis foi aprovada esta semana no plenário de Estrasburgo por larga maioria. A relatora Livia Járóka (HU), a única eurodeputada de origem romanichel, congratulou-se com o êxito do relatório, que tem por objectivo aliviar as dificuldades do maior grupo minoritário europeu. O Parlamento Europeu, sendo a primeira instituição da União Europeia a adoptar uma estratégia palpável sobre os romanichéis, deu um passo significativo em frente ao lançar esta estratégia a nível europeu.

A novidade mais essencial da estratégia proposta a nível da UE-27 é o facto de a tónica ser colocada nas raízes económicas e sociais da exclusão, bem como na abordagem da discriminação. O documento realça as diversas medidas necessárias para melhorar a situação económica dos romanichéis. O acesso efectivo ao mercado de trabalho tem de ser garantido através da acessibilidade ao micro-crédito para o empreendedorismo e o trabalho por conta própria. Da mesma maneira, é garantida habitação acessível e saudável como pré-requisito mínimo para um nível básico de escolaridade. A segregação na escola e na sala de aula deve também ser abolida, e o número de professores romanichéis deverá ser aumentado a longo prazo. O papel das mulheres romanichéis tem de ser redefinido no que respeita às suas necessidades específicas. Facilitando-lhes o acesso à educação e a uma carreira, por exemplo, estaríamos a reduzir o número de casamentos de crianças.

Há também que afectar fundos específicos da União Europeia aos romanichéis, fundos a que eles possam aceder com facilidade e usar de forma controlada. Outro elemento importante da estratégia é o de elaborar um mapa de crise em toda a Europa, para explorar a capacidade de as micro-regiões mais afectadas resolverem os seus problemas. "A estratégia deve ter igualmente em conta a territorialidade da exclusão, já que a distribuição geográfica das desvantagens sociais não é uniforme em todos os Estados-Membros e a pobreza e a exclusão social concentram-se nas micro-regiões subdesenvolvidas", sublinhou a eurodeputada húngara.

Turquia: o Parlamento Europeu critica o progresso das reformas

Eduard Sloomweg

O Parlamento Europeu aprovou esta semana o relatório de progresso de Ria Oomen-Ruijten (NL) sobre as negociações entre a UE e a Turquia.

A Turquia realizará eleições legislativas dentro de três meses. No seu relatório, Ria Oomen-Ruijten (NL) aponta um certo número de prioridades dirigidas ao Governo e ao Parlamento turcos.

Em primeiro lugar, salienta a necessidade de consenso sobre reformas entre o governo e a oposição. "O governo e a oposição devem, por exemplo, chegar a um compromisso quanto a uma revisão geral da actual Constituição turca."

A relatora felicita a Turquia pelos inúmeros passos simbólicos que deu relativamente ao reforço dos direitos das minorias. Mas não basta o diálogo. Os Alevitas e as minorias cristãs esperam que sejam dados passos concretos. "Além disso, exorto o Governo turco a retomar esforços em matéria de abertura democrática para a resolução global da questão curda", disse a deputada Ria Oomen-Ruijten.

No que respeita à aplicação do Protocolo de Ancara, Ria Oomen-Ruijten referiu que se trata de um elemento essencial que só o Governo turco pode desbloquear.

Relativamente à liberdade de imprensa, a deputada reagiu à carta aberta publicada recentemente: "Os políticos e as autoridades judiciais devem ser muito prudentes no que se refere à liberdade de imprensa. A Internet faz parte do conjunto dos meios de comunicação social e as leis que limitam a liberdade de imprensa têm de ser adaptadas. O meu relatório, tal como foi aprovado pelo Parlamento Europeu, é muito claro sobre esta questão".

Por fim, no que respeita às evoluções recentemente verificadas, a deputada Ria Oomen-Ruijten frisou que a investigação de casos de alegados planos de golpe de Estado, como o "Ergenekon" e o Plano Sledgehammer, têm de demonstrar a força e o funcionamento correcto, independente e transparente das instituições democráticas e do sistema judicial turcos. Manifesta a sua preocupação face aos períodos excessivamente longos de prisão preventiva e assinalou a necessidade de todos os suspeitos beneficiarem de efectivas garantias judiciais. E está igualmente preocupada com a ausência de progressos nessas investigações, notando que a recente detenção de jornalistas de renome, como, por exemplo, Nedem Sener e Achmet Sik, pode conduzir a uma perda de credibilidade desses julgamentos, os quais deveriam, pelo contrário, reforçar a Democracia.

Irão: o Parlamento Europeu exige sanções específicas contra o Irão

No período de sessões desta semana, o Parlamento Europeu apelou à aplicação de sanções específicas contra representantes do regime iraniano. Os membros do Governo iraniano e os funcionários responsáveis pelas violações dos Direitos Humanos ou cúmplices delas devem ser alvo de sanções da União Europeia, na opinião da maioria dos eurodeputados.

"A UE tem de adoptar sanções que afectem directamente o regime, incluindo a supressão das viagens e o congelamento do investimento internacional destinado aos líderes e aos funcionários públicos. Temos de garantir que as sanções afectem exclusivamente o regime, e não o público em geral", afirmou o relator-sombra do Grupo PPE, Michael Gahler (D).

Na resolução, o Parlamento Europeu mostra-se preocupado com a situação dos Direitos Humanos no Irão. Os deputados ao Parlamento Europeu pediram às autoridades iranianas que cessassem todas as formas de tortura e renunciassem a penas como, por exemplo, a lapidação e a flagelação. A União Europeia e os Estados-Membros devem insistir na libertação dos presos políticos e na reabertura dos jornais encerrados pelo regime.

Além disso, o Parlamento Europeu solicitou ao Irão que cumprisse efectivamente as suas obrigações ao abrigo do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, condenando a recusa sistemática do país em cooperar plenamente com a Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) e em permitir o acesso incondicional de inspectores internacionais às centrais nucleares.

Lasse Böhm

Medidas financeiras inovadoras com vista a impulsionar o crescimento e a criação de empregos

Katarzyna Klaus

"Temos de avaliar com muito cuidado os efeitos de cada novo tipo de imposto introduzido na Europa. A contribuição dos diversos sectores de economia deve ser justa. Eis o motivo pelo qual a próxima avaliação de impacto da Comissão Europeia sobre um imposto em matéria de transacções financeiras a nível da UE irá desempenhar um papel crucial no futuro da sua aplicação", afirmou Danuta Maria Hübner (PL), Presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu e porta-voz do Grupo PPE para o relatório sobre o financiamento inovador.

O Parlamento Europeu votou a favor do relatório sobre o financiamento inovador aos níveis global e europeu, o qual abrange a tributação do sector financeiro, as euro-obrigações e a tributação do carbono. O elemento mais importante apresentado neste relatório de iniciativa é o de um potencial imposto sobre as transacções financeiras (ITF). A avaliação de impacto do ITF está em fase de preparação pela Comissão Europeia. Nestes tempos de austeridade, estão a ser propostos novos mecanismos destinados a reforçar a economia da União Europeia. Contudo, a promoção do crescimento e a criação de emprego sustentável não podem conduzir a uma deslocalização da actividade financeira da Europa para outras partes do mundo.

São esperados para Junho de 2011 os resultados do estudo desenvolvido pela Comissão Europeia sobre a eventualidade de o ITF vir a pôr em risco a competitividade da economia europeia, bem como a sua proposta sobre esta questão.

Montenegro: progressos positivos no processo de integração europeia

Lada Jurica e Atilla Agárdi

O Montenegro realizou progressos muito positivos no processo de integração, apresentados num relatório aprovado pelo Parlamento Europeu que faz o ponto da situação da proposta de adesão do Montenegro à União Europeia.

"Gostaria de incentivar o Governo do Montenegro a prosseguir as reformas e o processo de integração na UE. Espero que os esforços que está a desenvolver sejam em breve recompensados com a abertura das negociações de adesão", declarou, após a aprovação do relatório, Eduard Kukan (SK), Presidente da Delegação para as Relações com a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a Sérvia, o Montenegro e o Kosovo.

Eduard Kukan congratulou-se com o empenho do Governo do Montenegro no processo de integração e com a adopção do Plano de Acção para o seguimento da aplicação das recomendações da Comissão. "O Montenegro terá de concentrar-se no progresso em áreas-chave claramente definidas: Estado de Direito, luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, liberdade dos meios de comunicação social, reforço das capacidades institucionais e do envolvimento da sociedade civil em interacções com o governo. Será essencial aplicar e reforçar a legislação em todos estes domínios", salientou Eduard Kukan.

Os progressos do Montenegro terão por base as suas próprias realizações, pelo que a Comissão está relutante em conceder qualquer tipo de adiamento dos prazos. Todavia, é evidente que o Montenegro, antes de poder avançar mais na adesão à União Europeia e de iniciar as respectivas negociações, terá de cumprir as sete condições que lhe foram impostas quando lhe foi concedido o estatuto de candidato.

Para concluir, Eduard Kukan recordou o aspecto regional da perspectiva europeia sobre o Montenegro: "Regozijo-me por verificar o papel construtivo desempenhado pelo Montenegro para a manutenção da estabilidade regional, a cooperação e a promoção de boas relações de vizinhança com outros países dos Balcãs Ocidentais e da União Europeia. O Montenegro constitui um factor de estabilidade na região e espero que os progressos por ele realizados incentivem outros países a desenvolver esforços no processo de integração".